



Fêmea

CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria
RedeRevi - Rede do Movimento de Mulheres para a Revisão



ANO III Nº 15

BRASÍLIA-DF

MAIO/94



Mulheres levam propostas à Revisão. O relator, Néelson Jobim (PMDB/RS), último à direita, observa documentos

237 dias:

Neste período o Congresso Revisor aprovou seis emendas das 17.246 propostas apresentadas. Página 2

● *"Revisão morreu por desejo do povo"*, do deputado Sidney de Miguel (PV/RJ). Outros parlamentares falam sobre o assunto. Páginas 3 e 4

● *"Utilizamos o jornal da RedeRevi em uma passeata"*, de Margarida Pinheiro, do Movimento de Trabalhadoras Rurais do Nordeste. Mulheres falam sobre a Rede a partir da página 6.

● A memória financeira e política da RedeRevi está nas páginas 10 e 11.

Editorial

Privilégio da experiência

A RedeRevi conclui seus trabalhos nesta edição, com o mérito de ter integrado feministas, executivas, acadêmicas, donas de casa, sindicalistas, negras, urbanas, rurais, quem era contra e quem era a favor da Revisão, instituições governamentais, não-governamentais e grupos autônomos. Todas seguindo a diretriz definida no encontro nacional "A mulher e a garantia dos seus direitos constitucionais": NENHUM DIREITO A MENOS e, se possível, alguns direitos a mais.

Procuramos, com as limitações de espaço, apresentar-lhes uma avaliação da Rede representativa da sua diversidade e pluralidade, características que fizeram essa experiência mais rica e mais difícil de ser realizada. Recebemos, por exemplo, críticas duras, mas construtivas de Nair Goulart, da Secretaria Nacional da Mulher da Força Sindical, que integrou a nossa Rede. Nair chamava atenção para o fato de a Rede não ser contra a Revisão, mas sim "pela garantia dos direitos constitucionais da mulher". Sob o Título "Erramos Feio" registramos no informativo semanal da RedeRevi os protestos de Sueli Carneiro do Geledés Instituto da Mulher Negra contra a expressão racista "na lista negra" publicada naquele boletim.

A forma de resolução dos problemas, sempre transparente, confirmava a cada dia a condução correta: iniciamos a Rede com 21 grupos e concluímos nossas atividades com 73 integrantes.

Dedicamos esta edição ao balanço dos seis meses de acompanhamento e articulação nacional do movimento de mulheres na Revisão Constitucional. Além da avaliação política feita pelo movimento de mulheres e do depoimento de alguns parlamentares, também publicamos a prestação de contas da RedeRevi.

Sobre a Revisão Constitucional, propriamente dita, não há muito o que acrescentar, porque morreu à mingua, em sessão que sequer atingiu quórum para deliberação. Privilegiamos, nesta edição, a avaliação da experiência, agilidade e estrutura de articulação adquiridas ao longo desta caminhada realizada em conjunto pelas organizações que, direta ou indiretamente, engajaram-se nos trabalhos da RedeRevi, certas de que este é o seu maior legado para o movimento.

Deu na Veja

A edição de 8 de junho da revista Veja fez o cálculo: "A revisão constitucional levou 237 dias para aprovar seis emendas, uma a cada quarenta dias. Naquele pique, seriam necessários mais 1.840 dias para votar os 46 pareceres do relator". Para quem já esqueceu, o relator foi o deputado Nelson Jobim (PMDB/RS).

EXPEDIENTE

CFEMEA - CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA

SCN, Ed. Venâncio 3000, sala 602 - Brasília, DF

Telefone: (061) 225-1664

Fax: (061) 225-2336

Projeto - DIREITOS DA MULHER NA LEI E NA VIDA

Equipe responsável:

Marlene Libardoni, Gilda Cabral, Guacira César de Oliveira, Iáris Ramalho Cortês e Malô Ligocki.

Conselho Consultivo:

Parlamentares: Deputada Benedita da Silva, Jandira Feghalli, Luci Choinacki, Maria Luiza Fontenele, Marilu Guimarães, Rita Camata, Sandra Starling e Socorro Gomes. Deputados José Genofino e Nelson Jobim. Senadora Marluce Pinto e Senador José Paulo Bisol.

Feministas: Dóris Louise de Castro Neves, Florisa Verucci, Gilse Concenza, Heleieth Saffioti, Lídice da

Mata, Maranh Rêgia, Maria Berenice Godinho Delgado, Maria Bethânia de Melo Ávila, Maria Tereza Augusti, Rosiska Darcy de Oliveira, Sílvia Pimentel, Sueli Carneiro e Zulaiê Cobra Ribeiro.

Comitê de Especialistas:

Ana Maria Costa, Dóris Louise de Castro Neves, Eleonora Menecucci de Oliveira, Elizabeth Garcez, Florisa Verucci, Isabel Grein, Leilah Borges da Costa, Márcia Camargo, Maria do Carmo Menezes, Maria do Socorro Jô Moraes, Paola Capelin Giuliane, Sarah Sorrentino, Sílvia Pimentel, Sônia Corrêa e Sueli Carneiro.

Conselho Editorial: Guacira César de Oliveira, Malô Ligocki e Marlene Libardoni.

Jornalista: Márcia Turcato Reg. 4553/15/91 RS

Composição e Arte Final: Luis Gustavo Pedroza

Impressão: Correio Brasileiro

Apoio: FUNDAÇÃO FORD, FUNDAÇÃO MACARTHUR e UNIFEM.

Revisão

Morte anunciada

Dia 31 de maio foi realizada a 80ª e última sessão do Congresso Revisor, instalado em 13 de outubro do ano passado. Somente no mês de abril foi obtido quorum para aprovação de propostas, numa franca demonstração do pensamento político da maioria dos parlamentares, que recejava modificar a Carta de 88, temendo retrocessos (*Leia depoimentos de deputados nas pág. 3 e 4*).

Foram votadas apenas 19 mudanças à Constituição, 12 delas rejeitadas logo no primeiro turno. Uma emenda permitindo a contratação de estrangeiros por universidade foi aprovada só em um turno e, portanto, não será promulgada.

Das seis aprovadas em dois turnos, uma delas já foi promulgada, a que criou o Fundo Social de Emergência (FSE), proposta defendida pelo governo que mobilizou sua bancada para garantir quorum. O FSE atinge direto o bolso do contribuinte. Depois disto, o governo, até então o principal interessado no trabalho revisional, deixou o processo de lado e dedicou maior atenção ao seu candidato preferencial à sucessão presidencial.

As outras propostas aprovadas na revisão foram: permissão para dupla nacionalidade; novas exigências para eleger candidatos, que agora levam em conta sua vida pregressa; autorização para o Congresso convocar titulares de órgãos subordinados à Presidência para que prestem esclarecimentos; suspensão da renúncia de parlamentar submetido a processo que possa levar à perda do mandato; e redução do mandato presidencial de cinco para quatro anos, valendo para o próximo Presidente eleito em novembro.

Das 17.246 propostas encaminhadas à revisão pelos congressistas, e mais 12.614 emendas (90% delas defendiam a manutenção do atual texto), o relator elaborou apenas 46 pareceres. Nenhuma das 956 propostas que afetavam os direitos das mulheres a grande maioria prejudicando-nos, foi apreciada pelos congressistas. Para registrar esta ampla coletânea de proposições encaminhadas por deputados e senadores, a Gráfica do Senado Federal imprimiu 21 volumes, uma verdadeira enciclopédia, que ultrapassou um metro de altura e passou de 10 quilos.

UMA REVISÃO DE CARTAS MARCADAS

● José Fortunati

O PT se contrapôs ao processo da revisão constitucional porque não concordou com o caráter autoritário do movimento promovido pelos revisionistas. Era evidente que o pretexto de reformar a Constituição para liberar as amarras que estariam limitando a atuação do Estado e prejudicando o desenvolvimento nacional se tratava de um subterfúgio neoliberal para patrocinar mudanças na economia e estabelecer conseqüentes retrocessos nas poucas conquistas sociais de 88.

Sempre avaliamos que o atual texto constitucional é imperfeito, tanto que a bancada federal do partido votou contra a redação final promulgada em 88. Mas era preciso garantir os pequenos avanços. Juntamente com os contras o PT procurou obstruir o processo de todas as formas para evitar o cerceamento dos direitos conquistados pelos trabalhadores, principalmente no que se refere aos direitos sociais e aos pertinentes à ordem econômica.

Negociamos com vários setores do Congresso Nacional a elaboração de uma agenda máxima contendo 11 pontos, que deixava de fora as conquistas consagradas em 88. Isso permitiu que o conceito de Empresa Brasileira de Capital Nacional não fosse alterado em plenário. Numa sessão que contou com a presença de 474 parlamentares, a emenda foi rejeitada por apenas três votos.

A pequena margem nos deu a certeza de que, caso o acordo não tivesse sido firmado, certamente as forças conservadoras teriam aprovado não somente a mudança do conceito de empresa brasileira de capital nacional, como teriam colocado em andamento todos os seus projetos no processo revisional, atingindo em cheio a mudança do capítulo que trata dos monopólios públicos.

A máscara caiu e revelou uma retórica cheia de metáforas. Ficou evidente que a revisão nos moldes atuais somente interessa aos grupos comprometidos com o capital internacional, que busca a abertura

indiscriminada do país para a especulação financeira. Atrás do discurso de que a reforma do sistema tributário é importante para a governabilidade do país - no que concordamos - se esconde a intenção que busca vilipendiar o Estado brasileiro. Quando o acordo afastou a possibilidade de discutir os monopólios, simultaneamente a direita abandonou a revisão. Na verdade eles não queriam discutir o sistema tributário e outros pontos importantes, mas somente acabar com os monopólios estatais.

Naturalmente isso não nos interessa. Se por um lado é preciso aperfeiçoar a revisão e ampliar os avanços sociais, este processo deverá ser realizado sem açodamento e em sintonia com os movimentos populares. Os golpes da direita conservadora devem dar lugar a um amplo e democrático fórum de discussão, que vislumbre e resgate os mais de 35 milhões de miseráveis para a verdadeira cidadania.

● José Fortunati - Deputado Federal pelo RS e Líder do PT na Câmara

Falta regulamentar

● Fátima Pelaes

Seria um erro alterarmos algo que, ainda nem mesmo foi experimentado e, portanto, sem sabermos se de fato funciona ou não. Apenas para dar uma idéia, propunham-se mudanças na Seguridade Social sem que esta pudesse ter sido operacionalizada completamente. A Lei Orgânica da Assistência Social, que complementa o tripé da Seguridade, juntamente com a Saúde e a Previdência foi sancionada apenas em 07.12.93, cinco anos, portanto, da entrada em vigor, da atual Constituição. Muitos outros dispositivos seriam revogados sem que sequer tivessem sido regulamentados. Este, porém, é apenas um lado. De fato, as crises e contradição que viveu esta legislatura ficaram escancaradas ao longo do processo de impeachment, do plebiscito quanto ao sistema de governo, da CPI do Orçamento, do julgamento e das cassações de parlamentares pela falta de decoro, do plano econômico do governo, das medidas provisórias que têm atropelado o Legislativo e, ainda, a proximidade de uma eleição casada, desde Governadores até Presidente da República, juntamente com a inexistência de lideranças capazes de costurar acordos concretos entre Parlamento, Estado e Sociedade, foram sem dúvida, fatores que tumultuaram o processo revisional. Dez anos é prazo suficiente para sabermos se a Constituição



Deputada Fátima Pelaes, primeira à esquerda, participa de reunião de mulheres

funciona ou não e qualquer revisão ampla deve ser feita por constituintes eleitos exclusivamente para tal fim, sob pena de repetirmos este fracasso. De resto, qualquer outra alteração deve ser feita normalmente e a qualquer tempo por emenda constitucional na forma prevista pela própria Constituição.

● Fátima Pelaes - Deputada Federal pelo PFL do Amapá

O golpe terminou

Fotos Márcia Turcato



Sidney: "morreu de inanição"

- Sidney de Miguel

O golpe da Revisão Constitucional, finalmente, terminou. Morreu de inanição em decorrência da resistência dos parlamentares que, compromissados com as conquistas da Carta de 88, alinharam-se com os desejos do povo. O naufrágio da revisão implicou, na verdade, a preservação dos direitos fundamentais da sociedade, ameaçados que estavam pelos pontas-de-lança da oligarquia, que manobram para viabilizar o projeto neoliberal, conservador, destinado a internacionalizar, contrariamente aos interesses da Nação, a nossa economia. Principalmente em relação às questões do subsolo, do extrativismo mineral, da flora e da fauna e, em futuro muito próximo, dos interesses biogenéticos.

- Sidney de Miguel - Deputado Federal pelo PV/RJ e Líder da Bancada

Lamentável

- Fábio Feldmann

Acho lamentável que não tenha sido feita a revisão. A Constituição é o retrato da década de 80. Agora, década de 90, a demanda é outra. Manter a atual Carta é uma posição conservadora; deveríamos ter seguido, pelo menos, uma agenda mínima. Nós não conseguimos discutir nem mesmo a livre opção sexual.

- Fábio Feldmann - Deputado Federal pelo PSDB/SP
Sub-relator da Revisão Constitucional

Voto vencido

- Rita Camata

O Artigo 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias previa a revisão decorridos cinco anos da sua promulgação. Mas isto não significava que o trabalho revisional tivesse de iniciar exatamente em outubro de 1993. Poderia ter sido mais adiante, com mais tempo, com mais calma. No PMDB defendi que seria mais apropriado fazer a revisão no próximo ano, com um novo Congresso eleito. Minha posição foi voto vencido e eu respeitei a decisão do meu partido, do qual faço parte da Executiva Nacional. Já que decidimos pelo processo revisional, lastimo que não tenhamos modernizado a economia, através das várias propostas apresentadas, e que não tenhamos avançado nas questões do interesse das mulheres.

- Rita Camata - Deputada Federal pelo PMDB/ES

ACREDITE SE QUISER

Dezenas de propostas revisoras e emendas apresentadas na revisão constitucional eram tão absurdas que surpreenderam o movimento de mulheres e setores organizados da sociedade. Estas sugestões receberam o apoio de 85 parlamentares e formaram o capítulo surrealista do processo da revisão constitucional. Acompanhe as sugestões -felizmente engavetadas- e acredite se quiser.

No item referente aos "direitos e deveres individuais e coletivos", uma pérola do senador Marco Maciel (PFL/PE): "defesa da vida desde o momento da concepção". Na mesma linha seguiu o deputado Osmânio Pereira (PSDB/MG). Luiz Moreira (PTB/BA) defendeu a interrupção da gravidez até a 24ª semana gestacional exclusivamente para os casos de "graves anomalias fetais".

O Artigo 5º da Constituição, que considera imprescritível o crime de racismo, mereceu a atenção do deputado Gastone Righi (PTB/SP). Ele queria retirar a expressão "imprescritível". O senador Jutahy Magalhães (PSDB/BA) teve a mesmíssima idéia, assim como a deputada Maria Valadão (PPR/GO), o senador Elcio Álvares (PFL/ES) e o deputado Fábio Meirelles (PPR/SP). Ainda no Artigo 5º, proposta defendida

pelo deputado Odelmo Leão (PP/MG) retirando a obrigatoriedade da pensão alimentícia.

Em relação a licença gestante de 120 dias, seis parlamentares apresentaram propostas de redução do prazo, que oscilou de 45 a 90 dias. O menor período para a licença foi proposto pelo deputado Domingos Juvenil (PMDB/PA). Para a licença paternidade também apareceram propostas defendendo o fim desta conquista, como fez o deputado Adroaldo Streck (PSDB/RS). Mais sete congressistas aderiram à proposta.

No item referente ao mercado de trabalho da mulher, dois deputados assinaram propostas reduzindo esse direito. Mais adiante, no artigo referente a instalação de creches no local de trabalho, dois deputados assinaram propostas de redução deste direito, uma delas restringe a utilização da creche para crianças até dois anos de idade.

Sobre emprego doméstico, cinco propostas muito estranhas foram apresentadas à revisão. Numa delas, assinada pelo PDT, os trabalhadores domésticos eram simplesmente excluídos da Previdência Social e de outros direitos já previstos. No Artigo 7º, sobre flexibilização dos direitos trabalhistas, cinco congressistas foram

signatários de propostas remetendo para acordos coletivos qualquer tipo de negociação entre patrão e empregado, retirando da Constituição as garantias existentes neste sentido.

Em "política urbana", o deputado Eduardo Mascarenhas (PSDB/RJ) achou por bem dar fim ao consagrado direito do usucapião. Na área da saúde, nove propostas consideradas atrasadas foram apresentadas. A campeã foi a de autoria do deputado Clóvis Assis (PSDB/BA), retirando do Estado o dever de prestar assistência na área de saúde. Na continuidade deste aspecto, sobre o livre atendimento à saúde pelo setor privado e o veto à participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país, surgiram mais sete propostas.

Sobre "previdência social", 18 sugestões também consideradas "atrasadas". Uma delas, assinada pelo deputado Euler Ribeiro (PMDB/AM), eliminava a diferença de idade entre homens e mulheres para aposentadoria. Na área de educação, outro exemplo do surrealismo parlamentar: teve gente propondo o fim do ensino gratuito e obrigatório para o 1º grau. E, quanto a "união estável", o deputado Eliel Rodriguez (PMDB/PA) exigiu exame pré-nupcial para "contrair matrimônio".

Integrantes da RedeRevi

Acre: Rede Acreana de Mulheres e Homens. **Alagoas:** Conselho da Mulher Executiva de Alagoas - CMEx/AL. **Amapá:** Instituto de Mulheres do Amapá-IMA. **Bahia:** Conselho Municipal da Mulher de Salvador, Grupo de Mulheres do Horto-Calafate, Movimento de Organização Comunitária-MOC, Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher-NEIM. **Ceará:** Centro de Estudos do Trabalho e Assessoria ao Trabalhador-CETRA, Conselho Cearense dos Direitos da Mulher, MMTR/NE - Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste. **Distrito Federal:** Centro Feminista de Estudos e Assessoria-CFEMEA. **Espírito Santo:** Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relação de Gênero/UFES. **Goias:** Centro de Valorização da Mulher-CEVAM, Grupo Transas do Corpo, Oficina Mulher, Núcleo de Saúde da Mulher. **Maranhão:** CENTRU - Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural, FASE Amazônia - Inserção São Luis, Grupo de Mulheres da Ilha, Departamento de Mulheres do Sindicato dos Bancários, Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos. **Mato Grosso do Sul:** Movimento Popular de Mulheres. **Minas Gerais:** Centro de Cultura Afro-Brasileiro Chico Rei, Centro de Educação e Saúde da Mulher-MUSA, Grupo Nós e Nossos Filhos, Movimento das Donas de Casa de Minas Gerais. **Pará:** Conselho Municipal de Belém. **Paraíba:** Centro da Mulher 8 de Março, Comissão Estadual da Mulher Trabalhadora-CUT/PB, CUNHÃ-Coletivo Feminista. **Paraná:** Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Estado do Paraná - FETAEP, Conselho Estadual da Condição Feminina do Paraná, Movimento Popular de Mulheres do Paraná, Movimento Popular de Mulheres de São Matheus do Sul, Núcleo Sindical dos Assistentes Sociais. **Pernambuco:** Centro Nordestino de Medicina Popular, Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher/UFRPE, Sindicato dos Trabalhadores Domésticos, SOS CORPO-Gênero e Cidadania, Viva Mulher. **Rio Grande do Norte:** Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e das Minorias, Grupo Autônomo de Mulheres-GAM, Organização de Mulheres da Coordenação Autônoma de Trabalhadoras-OM/CAT, Núcleo Nísia Floresta/NEPAM-UFRN. **Rio Grande do Sul:** Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG/FETAG de Catuipê, Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, Grupo Organizado de Apoio à Mulher Bento Gonçalvesense e THEMIS - Núcleo de Assessoria e Estudos Jurídicos de Gênero. **Rio de Janeiro:** Centro de Apoio à Mulher de Macaé, Centro de Projetos da Mulher-CEMINA, Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação - CEPIA, Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDIM, Departamento Feminino da UNSP, Grupo Mulher-Educação Indígena-GRUMIN, Grupo de Comunicação Alternativa Folha de Eva-FEMPRESS, Grupo Feminista Rabo de Saia, Núcleo de Estudos da Mulher-NEM/PUC, Rede de Defesa da Espécie Humana-REDEH. **Santa Catarina:** Casa da Mulher Catarina, Centro dos Direitos Humanos de Joinville. **São Paulo:** Centro de Assessoria a Autogestão Popular-CAAP, Centro de Educação e Assessoria Popular-CEDAP, Centro Informação Mulher-CIM, CLADEM/Brasil, Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, Comissão de Cidadania e Reprodução, Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo-CECF, Conselho Nacional dos Trabalhadores Domésticos, FORUM dos Conselhos, GELEDÉS-Instituto da Mulher Negra, Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero-NEMGE/USP, Pró-Mulher, Rede Mulher, Secretaria Nacional da Mulher, Criança e Adolescente da Força Sindical.

Mulher na Rede

Quem quizer ficar bem informado entrou na Rede da Revisão, a **RedeRevi**, coordenada pelo CFEMEA. Foi o que fizeram 73 organizações interessadas em conhecer os bastidores e a versão pública da revisão constitucional, encerrada no último dia 31. Estas 73 organizações receberam o jornal **Fêmea Revisão**, mensal, que chega a sua quinta e última edição, foram cerca de 48 mil exemplares distribuídos para todo o país durante os cinco primeiros meses do ano. A **RedeRevi** também produziu 16 exemplares do **Informativo**, boletim semanal distribuído por uma rede de fax para 108 grupos e pelo Correio todas às sextas-feiras,

com informações atualizadas sobre a revisão. Reproduzido pelas organizações que integraram a Rede, atingindo diretamente mais de 5000 militantes do movimento, o **Informativo** ultrapassou 1.700 exemplares, sem contar a edição especial do "Dia 8 de março", que foi de 8.000. Além destas publicações, as integrantes da Rede foram permanentemente informadas sobre todo o processo revisional através de correspondências e consultas feitas por telefone. O **Fêmea Revisão** chega ao fim com esta edição e cumpriu o seu papel, como atesta a série de depoimentos que publicamos a partir desta página.



Teresa: "acesso ágil aos bastidores"

"O jornal da RedeRevi foi um dos poucos instrumentos que tivemos para que no Brasil todo, os Conselhos e os grupos organizados tivessem um acesso mais ágil aos bastidores e às questões que estavam sendo discutidas no processo da revisão, porque a coisa ficou dispersa. Eu quero ressaltar a importância de termos um instrumento de informação, que é força de poder, e nós precisamos estar informadas, principalmente sobre o que acontece no Congresso Nacional. Quero cumprimentar a equipe que idealizou esse projeto, a todas nós que nos envolvemos nele, e lembrar que uma das questões mais sérias neste país é o direito à informação, que a RedeRevi veio responder".

Maria Teresa Augusti, Presidente do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo e coordenadora do Fórum Nacional de Presidentas de Conselhos Estaduais e Municipais dos Direitos da Mulher.

"Nós recebemos o jornal da RedeRevi e todas as informações produzidas pelo CFEMEA sobre o processo da revisão. Fizemos uma farta distribuição destes materiais, que se estendeu da Bahia ao Ceará. No Estado do Ceará, nossa maior atividade ficou centrada no litoral Norte, onde trabalhamos com 35 grupos organizados de mulheres, em Ibiapaba - perto do Estado do Piauí - no sertão central, onde desenvolvemos atividades com as professoras primárias, e na região de Canindé, local em que se concentram as mulheres que utilizam medicina caseira. Estas mulheres queriam saber tudo o que estava acontecendo no Congresso em relação a saúde e a aposentadoria. No 8 de março, Dia Internacional da Mulher, organizamos uma grande passeata em Itapipoca, no litoral, com 600 mulheres, e logo depois realizamos um debate sobre nossos problemas utilizando as informações do CFEMEA como ponto de partida".

Margarida Pinheiro, do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste e integrante do CETRA- Centro de Estudos do Trabalho e Assessoria ao Trabalhador, Ceará.

"Procuramos trabalhar de forma autônoma aos organismos do governo. Temos realizado diversos encontros e reuniões e o material enviado pelo CFEMEA sobre a revisão constitucional foi de muita utilidade para todas nós, principalmente no seminário Latino-Americano contra a Violência Doméstica e Sexual, que realizamos em março, dentro da programação do Dia Internacional da Mulher, quando acompanhamos as matérias que tratam deste tema no Congresso através dos informes da RedeRevi".

Maria Isabel Barroso, presidente do IMA- Instituto de Mulheres do Amapá.

“Recebi regularmente o RedeRevi e o considero um trabalho de grande mérito que o CFEMEA realizou neste falido, felizmente, processo revisional. A divulgação das informações sobre os riscos que corríamos na revisão, com a possível perda de conquistas, foi fundamental para que nos organizássemos e o movimento social pudesse ser instrumentalizado”.

Ana Costa, integrante do NUSS - Núcleo de Saúde e Sexualidade, Brasília.



Ana: "trabalho de mérito"

“O trabalho do CFEMEA foi extremamente importante no processo da revisão constitucional porque colocou as mulheres organizadas a par do que estava acontecendo no Congresso através do jornal da RedeRevi. O processo revisional era extremamente ameaçador para as nossas conquistas, duramente alcançadas na Constituição de 88. Felizmente, o processo não teve o andamento esperado pelas forças reacionárias e de direita, que estimulavam a revisão para tocar nas questões de seu interesse: a econômica, eles queriam mudar toda a legislação no sentido de aferir vantagens e preservar os seus privilégios. Nos mantivemos unidas nesses momentos e eu acho que a RedeRevi foi o grande instrumento de todas nós”.

Lígia Doutel de Andrade, Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Rio de Janeiro.



Lígia: "processo ameaçador"

“O boletim foi uma contribuição bastante ampla para o movimento e despertou nossa atenção. Nós, mulheres indígenas, ainda estamos engatinhando nesta discussão e estávamos preocupadas por não termos participado desde o início da RedeRevi. A Rede fez com que acompanhássemos com mais atenção nossas propostas e tivéssemos menos medo de falar de um assunto que nos diz respeito.

Muitas pessoas que trabalham com a causa indígena não têm levado muito em consideração essas especificidades da questão indígena. A RedeRevi foi a primeira organização que permitiu que tivéssemos um pouco de acesso a isto tudo. A RedeRevi chega ao fim mas a nossa luta continua e vocês do CFEMEA podem contar sempre com a nossa participação”.

**Eliane Potiguara,
do GRUMIM - Grupo Mulher - Educação
Indígena, Rio de Janeiro.**

“Participei da RedeRevi: um compromisso de duas vias, porque o CFEMEA cumpriu a tarefa de nos manter informadas sobre o processo revisional e nós nos comprometemos em repassar estes dados para as companheiras. Foi uma excelente forma de cooperação e muito ágil, tínhamos notícias atualizadas de um dia para o outro. Pedimos 200 exemplares do Fêmea Revisão, todos os meses, para distribuir, e o êxito foi tanto que ficamos com apenas um de cada edição em nossos arquivos”.

Denise Dourado Dora, do THEMIS Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero, Rio Grande do Sul.

“Eu também sou do CFEMEA e sou a maior tiete do trabalho do CFEMEA. O trabalho é absolutamente extraordinário. De um lado, tivemos um trabalho articulado e com continuidade e, de outro lado, de conteúdo mesmo, mantendo o movimento de mulheres de todo o Brasil efetivamente informado a respeito de uma revisão que morreu mas que fez com que nós acompanhássemos algo que poderia ter sido extremamente sério. Parabéns ao CFEMEA”.

Sílvia Pimentel, do CLADEM e membro do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo.

“Foi muito interessante o estabelecimento desta rede de informações dirigida para a participação da mulher no processo de revisão constitucional, que o CFEMEA liderou e encabeçou. Foi uma responsabilidade do CFEMEA compartilhada com os diversos organismos oficiais que trabalham com a questão da condição feminina, que são os Conselhos dos Direitos da Mulher, e que participaram repassando estas informações, fazendo com que esta rede, na verdade, se ampliasse cada vez mais e se consolidasse como uma rede viva. Foi estabelecida uma via de mão dupla, com as informações vindas de Brasília e da articulação do movimento de mulheres, que promoveram reuniões com políticos de seus Estados”.

Rosane Reis, do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Rio de Janeiro.



Rosane: "uma rede viva"



Santinha: "a melhor coisa"

“Ao receber o material sobre a revisão da Constituição, organizado pelo CFEMEA, fizemos uma discussão sobre o assunto. O jornal da RedeRevi foi o primeiro material sintetizado que traduziu o que poderíamos aprofundar nas questões de nosso maior interesse. Nós multiplicamos e distribuímos as informações”.

Lia Vieira, Presidente da Associação de Pesquisa Afrobrasileira do Rio de Janeiro e representante do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Niterói.

“O jornal da RedeRevi foi a melhor coisa que o movimento autônomo de mulheres fez nos últimos tempos. Todas as mulheres, as que estão no meio urbano, no meio rural, as que estão em grupos, as que estão em órgãos governamentais ou em ONGs, receberam mensalmente informes do que aconteceu em todo o Brasil e, especialmente, no Congresso. Nunca tivemos isto em 20 anos do movimento feminista”.

Maria do Espírito Santo Tavares dos Santos, Santinha, do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Rio de Janeiro e do Centro da Mulher Brasileira.



Lia: "material sintetizado"

“O Núcleo fez parte da articulação da RedeRevi e para nós foi fundamental para acompanhar o que estava sendo discutido no Congresso e a situação dos projetos. A RedeRevi, de fato, foi o único instrumento que tivemos para acompanhar a questão da mulher a nível do Legislativo e foi importante exatamente por isto. A imprensa nacional não divulgou o que precisávamos saber, as notícias oficiais da revisão, pela TV, não nos contemplava e não sabíamos o que estava acontecendo. Com a Rede, pudemos acompanhar e interferir a partir desse trabalho”.

Ana Alice Costa, do NEIM - Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher da Universidade Federal da Bahia.



Alice: "pudemos interferir"

“Gostei muito do jornal da RedeRevi. Para mim ele foi extremamente importante porque ajudou a elaborar o trabalho que apresentei no II Seminário Nacional para Pequim 95, no Rio de Janeiro. Os documentos que consultei foram os jornais da RedeRevi e outras publicações elaboradas pelo CFEMEA”.

Leila Linhares Barsted, Diretora da CEPIA - Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação, Rio de Janeiro.



Leila: "ajudou no meu trabalho"

“Nós recebemos regularmente o boletim. Fizemos questão de integrar a Rede para termos informações atualizadas e o jornal cumpriu a tarefa de nos manter informadas sobre tudo que aconteceu em termos de revisão constitucional. Nós fizemos a distribuição do RedeRevi para grupos de mulheres, entidades da sociedade civil e mulheres individualmente. Também utilizamos os jornais da Rede em três eventos para discutir a questão dos direitos da mulher e o que significava a revisão da Constituição. Também encaminhamos o jornal para as cidades do interior, através de um coletivo de mulheres que tem representação em 15 regiões do Estado”.

Ieda Batista, do Grupo de Mulheres da Ilha de São Luís, Maranhão.



Ieda: "cumpru a tarefa"

FOLEA DE ENCAMINHAMENTO DE FAX

REDEH - Rede de Defesa da Espécie Humana
Rua Barão do Flamengo, 22/304 - Flamengo
Rio de Janeiro - CEP: 22220-080 - Brasil
Tel: (021)205-6297 e 285-7510
Fax: (021)556-3383

Para: Gilda, Marlene, Guacira, Iaris, Malô,
Alice, Elizabeth e quem mais tiver.....

Org: CFEMEA

Fax: (061)225-2336

De: Schuma

Org: REDEH

Fax: (021)556-3383

Data: 22/02/94

meninas.....

E o carnaval ???? Sambaram muito no Congresso Nacional ...??? Recebi, esta semana, os informativos da RedeRevi.... e nunca vi coisa igual.... vocês são e estão demais.... fiquei orgulhosa com as minhas pupilas (ah! ah! ah!). Pretensão e água benta.

Agora falando em tom sério: Escrevo-lhes para cumprimentá-las, efusivamente, pelo belíssimo e importante trabalho que vocês estão fazendo aí no Planalto. Achei os informativos bonitos, bem escritos, além da competência de vocês em rapidamente dar respostas, através de emendas, às propostas contrárias aos nossos interesses.

Bem, chega de tantos elogios.....

Beijos carinhosos

Schuma

RedeRevi

Prestação de Contas

RECEITAS	CR\$ 14.402.146.59
CONTRIBUIÇÃO DOS GRUPO	7.318.453.00
CCR - Comissão de Cidadania e Reprodução	725.636.00
CEMINA - Centro de Projetos da Mulher	288.000.00
CEPIA - Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação	131.500.00
CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria	4.533.800.00
CLADEM - Comitê Latino-Americano p/ Defesa dos Dir. da Mulher	414.000.00
CExM - Conselho da Mulher Executiva de Alagoas	184.000.00
FORÇA SINDICAL - Secretaria Nacional da Mulher	248.065.00
GELEDÉS - Instituto da Mulher Negra	104.600.00
Grupo de Mulheres da Ilha	74.300.00
PRÓ-MULHER	35.000.00
REDEH - Rede de Defesa da Espécie Humana	242.052.00
Sindicato dos Trabalhadores Domésticos de Recife	205.500.00
SOS CORPO - Gênero e Cidadania	132.000.00
UNIFEM	1.835.000.00
RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO (FAF/BB)	5.248.619.61
SALDO EM CONTA CORRENTE	73,98

DESPESAS	CR\$ 14.402.146.59
PESSOAL	4.423.337.70
- Jornalista, Assessoras Parlamentares, Operador de Micro Computador, Apoio Administrativo	
PUBLICAÇÕES	4.394.098.00
Serviços Técnicos	574.388.00
Serviços Gráficos	3.819.710.00
COMUNICAÇÃO	4.902.061.00
- Correio , Telefone e Fax	
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	682.649.89
Material de Consumo e Xerox	645.089.15
Despesas Bancárias (IPMF)	37.560.74

OBSERVAÇÕES:

- 1- Das RECEITAS da Rede Revi, o UNIFEM participou com 13%, os GRUPOS com 51% e os Rendimentos das Aplicações Financeiras, representaram 36% do total.
- 2- Do Total das DESPESAS o item Pessoal representou 30.8 %, Editoração e Impressão das Publicações, 30.5 %, Comunicação, 34.0% e as Despesas Administrativas, 4.7 % do total.

RedeRevi BOA MEMÓRIA

Um projeto que deu certo, mostrou a que veio e instrumentalizou o movimento de mulheres. Com a palavra o colegiado do CFEMEA, que coordenou a RedeRevi, para contar um pouco da *memória* do projeto criado para acompanhar o trabalho da revisão constitucional.

P-Como surgiu a idéia de formar uma Rede de informações sobre o processo de revisão da Constituição?

R-A proposta para criação da RedeRevi surgiu durante um encontro realizado em Brasília, "A mulher e a garantia dos seus direitos constitucionais", no dia 7 de dezembro do ano passado, com a participação de 70 entidades. O encontro promovido pelo Cladem, CECF/SP, Fórum de Presidentas de Conselhos e CFEMEA, com o apoio do FNUAP, discuti e definiu a atuação do movimento diante da Revisão Constitucional para assegurar direitos que já estavam consagrados na Carta de 88 mas que não haviam sido regulamentados.

Na ocasião, o movimento acreditava que a Revisão fosse mobilizar os congressistas, tal como aconteceu na Constituinte, mas sem a participação popular, o que exigiria um trabalho redobrado das feministas. Para tanto, o CFEMEA propôs ao movimento a criação de uma rede de articulação para manter todos os grupos mobilizados e informados sobre o processo revisional. A proposta foi aceita. Passaram a integrar a Rede entidades do movimento feminista, do movimento popular, sindical, ecológico, núcleos das universidades e instituições governamentais de mulheres. Então, criamos um grupo coeso para coletar e analisar informações e passamos isto tudo para o conjunto do movimento através de um jornal, o *Fêmea Revisão*, mensal, e de um boletim, que chamamos de *Informativo* semanal, distribuído por fax e pelo Correio todas as sextas-feiras em que havia alguma novidade sobre a revisão. Até o final do processo revisional, que encerrou no último dia 31 de maio, publicamos 5 números do

Fêmea Revisão e 16 do *Informativo*.

P- Qual era o papel das integrantes da Rede?

R-Cada organização que recebeu e continua recebendo outras publicações que produzimos, participou da Rede de várias formas e de acordo com suas possibilidades. Por exemplo, quem recebeu o *Informativo* pelo fax ficou comprometido a repassá-lo para mais pessoas também via fax, ou através de cópias xerografadas que eram distribuídas. Quem recebeu pelo Correio também tirava cópias para distribuir. Alguns grupos participaram com apoio financeiro direto ao projeto, outros financiaram a vinda de algumas militantes à Brasília para acompanhar os trabalhos da revisão, outros ainda ficaram encarregados de fazer reuniões periódicas com os parlamentares de seus Estados para explicar as propostas defendidas pelo movimento. Todos os Estados receberam os jornais e os informativos.

P- Qual a estrutura que o CFEMEA precisou montar para viabilizar a RedeRevi?

R- Investimos toda nossa estrutura de equipamentos e de pessoal neste trabalho. Nosso fax, por exemplo, ficou

recebendo e distribuindo muita informação sobre a revisão e isto tem um custo; trabalhamos com quatro assessoras parlamentares pessoas encarregadas de coletar informações sobre a revisão, acompanhar o processo e "dissecar" as propostas, uma jornalista para elaborar o *Fêmea Revisão* e o *Informativo*, além de acompanhar votações e outras temas de interesse do movimento de mulheres, um programador para realizar a editoração eletrônica do material produzido sobre a revisão e um office-boy para expedir o material.

P- Encerrado o processo revisional, que avaliação se pode fazer do trabalho desenvolvido pela RedeRevi?

R- Sabemos que foi uma iniciativa importante, de muito folêgo. A Revisão morreu aos poucos e nós acompanhamos a sua agonia pela falta de quórum, pela obstrução dos "contras" e pela incapacidade de definir uma agenda mínima de trabalhos. Acompanhamos os trabalhos todas as semanas, até o final, e informamos sistematicamente o movimento da situação. Adquirimos experiência e agilidade que podem ser acionadas a qualquer momento para manter informado o movimento de mulheres e o conjunto da sociedade.

CFEMEA MUDOU DE ENDEREÇO
SCN Quadra 6 - Bloco A - Sala 602
Edifício Venâncio 3000
Cep 70718-900 - Brasília - DF
Telefone: 225-1664 - Fax: 225-2336

Umbrella

PROJETO DE APOIO ÀS MULHERES



Villanueva: "projeto inovador"

A proposta de formação da RedeRevi surgiu no "Seminário Nacional a Mulher e a Garantia de seus Direitos Constitucionais", realizado no Espaço Cultural da Câmara dos Deputados no dia 7 de dezembro do ano passado. Para a realização desse seminário, foi fundamental o apoio financeiro prestado pelo Fundo de População das Nações Unidas (FNUAP). O movimento de mulheres, ao longo de sua história, tem realizado diversos eventos, entretanto, muitos outros acabam inviabilizados por falta absoluta de recursos. Idéias não nos faltam. Verbas sim. Por isto, esta edição especial do **Fêmea Revisão** informa em primeira mão para as companheiras, dentro do princípio que defendemos de democratizar a informação, que o FNUAP criou mais um projeto para apoiar nossas iniciativas. A boa nova chama-se "Projeto Umbrella", que dispõe de U\$ 300 mil para financiar propostas do movimento de mulheres. Até o dia 15 de julho, de acordo com o diretor do FNUAP, Pedro Pablo Villanueva, os recursos devem estar liberados e as cartas-consultas de solicitação de verbas poderão ser encaminhadas à Agência Brasileira de Cooperação (ABC), que funciona no Itamaraty.

A verba do "Umbrella" custeará pequenas despesas dos diversos projetos do movimento de mulheres, como deslocamento para viagens de trabalho, hospedagem ou alimentação, por exemplo. Mas o projeto do FNUAP também prevê o patrocínio de consultorias, pesquisas, seminários e reuniões. Até o final de dezembro, Villanueva pretende aprovar projetos e liberar recursos que chegam a U\$ 150 mil. Para o próximo ano, está prevista a liberação dos outros U\$ 150 mil.

Aprovado o projeto, existe um teto para o financiamento, que oscila entre U\$

30 mil e U\$ 40 mil. "Mas isto não significa que iremos rejeitar projetos acima deste valor, só que eles não serão contemplados pelo 'Umbrella' e sim por outras linhas específicas que dispomos", explica Villanueva.

Os grupos interessados em obter recursos do "Umbrella" têm de ser pessoa jurídica precisam enviar a carta-consulta primeiro à ABC, mas também podem remeter uma cópia ao FNUAP, solicitando o apoio financeiro. Aprovada a consulta pela ABC e pelo FNUAP, a instituição selecionada deve remeter à ABC um documento detalhando o projeto. Cabe à ABC realizar uma avaliação técnico/político da proposta selecionada, de acordo com as prioridades estabelecidas pelo governo brasileiro.

"Depois disto, a ABC remete o projeto para nós e, como o recurso já está aprovado, é só liberar. Trata-se de um mecanismo bastante inovador porque é ágil", explica o diretor do FNUAP.

O "Umbrella" não é o único projeto de apoio a iniciativas do movimento de mulheres que conta com auxílio do FNUAP. Para programas específicos sobre população, desenvolvimento, educação e saúde materno-infantil, por exemplo, há recursos da ordem de U\$ 1,2 milhões. Também existem recursos exclusivos para a população rural e outros grupos menos privilegiados. A partir de 1992, quando foi iniciado o trabalho, até 1995, o FNUAP vai patrocinar U\$ 12 milhões em diversos projetos. Apenas para o setor de saúde materno-infantil e planejamento familiar estão previstos U\$ 7 milhões.

Como Proceder

Os grupos interessados em obter recursos do projeto "Umbrella" podem escrever para o diplomata Sérgio Arruda, diretor da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), Anexo I do Ministério das Relações Exteriores, 8º andar, Brasília/DF, CEP 70170-900. Mais informações também podem ser obtidas junto ao Fundo de População das Nações Unidas (FNUAP), com o diretor Pedro Pablo Villanueva, na SCN- Quadra 2, Lote B, Brasília/DF, CEP 70710-500.